

Reunião do Grupo de Trabalho de Planeamento Regional

Fazendo o balanço dos progressos nos esforços de reconstrução, recuperação económica e planos regionais

No dia 24 de Agosto de 2022 em Pemba, a Plataforma Multi-Stakeholder (MSP) da região Norte organizou uma reunião do seu grupo de trabalho sobre planeamento regional, reconstrução económica e estabilização.

O grupo de trabalho reuniu representantes das autoridades provinciais encarregues pela implementação de programas de desenvolvimento urbano e distrital de infraestruturas, parceiros de desenvolvimento, implementadores de programas, OSCs, ONGs, que tem estado a desenvolver esforços que tem em vista a reconstrução das infraestruturas económicas e sociais bem como de regresso de deslocados às zonas afetadas pelos ataques terroristas e empresas do sector privado da área de petróleo e gas, construção, logística e imobiliário com trabalho relevante para a retoma das atividades económicas e sociais em alguns dos distritos afectados pelo conflito militar na província de Cabo Delgado. (Ver Anexo 1: Organizações que participaram do evento)

Por fim foram criados grupos de discussão onde cada grupo era composto por diferentes tipos de organizações sendo que cada grupo estava dedicado a harmonizar ideias relacionadas com uma das seguintes temáticas: (1) Mecanismos de Coordenação entre atores; (2) Condicionantes do regresso do sector privado; (3) Planeamento regional a nível da província de Cabo Delgado.

A reunião foi realizada com o intuito de alcançar os seguintes objetivos:



Balanço dos esforços e ***o progresso na restauração de infraestruturas críticas***



Discussão a importância de ***reconstruir a infraestrutura económica*** (estradas, portos, etc.) e outras medidas de incentivo ao retorno do setor privado



Avaliação dos planos ***urbanos, distritais e outros planos territoriais*** e da sua interligação com os desafios sociais, demográficos, económicos e outros enfrentados num contexto de reconstrução

A reunião começou com comentários de abertura de Sua. Excia, Presidente Do Conselho Municipal De Pemba, Florete Simba Motarua onde foi dado a conhecer os esforços de urbanização da cidade capital provincial e destacada a relevância do novo plano de estrutura urbana para a melhoria das condições e da gestão dos espaços urbanos daquela urbe bem como as vantagens envisionadas pelo executivo municipal com a sua implementação. Também foi destacado o papel deste plano nos esforços de reassentamento das populações afectadas pela situação do terrorismo e reconhecida a relevância desta reunião para lançar as bases para restauração de infraestruturas críticas para a retoma em segurança das actividades do sector público e privado.

Depois dos comentários de abertura, foram apresentados programas das seguintes organizações. As apresentações podem ser consultadas [aqui](#).



TEMA 1: Plano de expansão urbana para Pemba, exercícios em curso e desafios com deslocados internos

- a) Orador: Rodolfo Pinheiro – Director Vereação de Urbanização (Conselho Municipal da Cidade de Pemba)

Tópico	Opinião dos Intervenientes												
<p><i>Resumo Do Plano de Expansão Urbana da Cidade de Pemba: Esforços em Curso e desafios enfrentados</i></p>	<p>Foram dados a conhecer os objectivos gerais e específicos do plano de expansão urbana da cidade de Pemba e o Plano de Transição Energética (concebido para apoiar a criação de empregos, eficiência no uso de recursos e reduzir a exposição ao risco climático).</p>												
	<p>Foi feita um diagnóstico do desempenho de variáveis condicionantes para crescimento sustentável do Município bem como os desafios, causas subjacentes e intervenções lógicas</p>												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Cenários de desenvolvimento</th> <th>Melhor Cenário: alto investimento, inicialmente através de O&G, mas diversificação o mais rápido possível para evitar dependência excessiva</th> <th>Tendência actual: mantem-se o baixo investimento da cidade (mesmo que grandes projetos avancem), o que mina a possibilidade de uma melhor base fiscal e provavelmente corrói a governança e a capacidade institucional permanece fraca – com a possível adição de maior instabilidade externa</th> <th>Tendência Futura: níveis razoáveis de “captura” de investimento interno/estatal para questões da cidade, concentra-se no fortalecimento da base fiscal (incluindo fortes colaborações cidade-região), mas fornece estabilidade e permite a construção de capacidades institucionais e de governança mais amplas.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Horizontes Temporais</th> <td>Horizonte de 2 a 5 anos para investimento inicial focado em prioridades imediatas</td> <td>Horizonte de 5 a 15 anos: novo plano de crescimento sendo incorporado ao instrumento de planeamento tradicional de um novo Plano Estrutural. Novas parcerias com foco cidade-região</td> <td>Visão de longo prazo com um horizonte de 15-40 anos, que incluirá opções pós-gás para a economia da cidade, uma população de conurbação provavelmente significativamente maior, bem como possíveis mudanças de políticas nacionais</td> </tr> <tr> <th>Escalas de Desenvolvimento Físico</th> <td>O plano de curto prazo concentra-se principalmente dentro das fronteiras do município de Pemba, mas com consciência do impacto nos distritos circundantes, e preparando-se para a expansão.</td> <td>O plano de médio prazo (ou seja, o novo plano de estrutura da cidade proposto) promoverá uma nova expansão coordenada em (e com a participação de) distritos vizinhos - desenvolvendo possíveis opções de tecido urbano descentralizado com novas formas sustentáveis de infraestrutura.</td> <td>A visão de longo prazo provavelmente exigirá um plano de estrutura novo/revisto para uma conurbação provavelmente mais ampla.</td> </tr> </tbody> </table>	Cenários de desenvolvimento	Melhor Cenário: alto investimento, inicialmente através de O&G, mas diversificação o mais rápido possível para evitar dependência excessiva	Tendência actual: mantem-se o baixo investimento da cidade (mesmo que grandes projetos avancem), o que mina a possibilidade de uma melhor base fiscal e provavelmente corrói a governança e a capacidade institucional permanece fraca – com a possível adição de maior instabilidade externa	Tendência Futura: níveis razoáveis de “captura” de investimento interno/estatal para questões da cidade, concentra-se no fortalecimento da base fiscal (incluindo fortes colaborações cidade-região), mas fornece estabilidade e permite a construção de capacidades institucionais e de governança mais amplas.	Horizontes Temporais	Horizonte de 2 a 5 anos para investimento inicial focado em prioridades imediatas	Horizonte de 5 a 15 anos: novo plano de crescimento sendo incorporado ao instrumento de planeamento tradicional de um novo Plano Estrutural. Novas parcerias com foco cidade-região	Visão de longo prazo com um horizonte de 15-40 anos, que incluirá opções pós-gás para a economia da cidade, uma população de conurbação provavelmente significativamente maior, bem como possíveis mudanças de políticas nacionais	Escalas de Desenvolvimento Físico	O plano de curto prazo concentra-se principalmente dentro das fronteiras do município de Pemba, mas com consciência do impacto nos distritos circundantes, e preparando-se para a expansão.	O plano de médio prazo (ou seja, o novo plano de estrutura da cidade proposto) promoverá uma nova expansão coordenada em (e com a participação de) distritos vizinhos - desenvolvendo possíveis opções de tecido urbano descentralizado com novas formas sustentáveis de infraestrutura.	A visão de longo prazo provavelmente exigirá um plano de estrutura novo/revisto para uma conurbação provavelmente mais ampla.
	Cenários de desenvolvimento	Melhor Cenário: alto investimento, inicialmente através de O&G, mas diversificação o mais rápido possível para evitar dependência excessiva	Tendência actual: mantem-se o baixo investimento da cidade (mesmo que grandes projetos avancem), o que mina a possibilidade de uma melhor base fiscal e provavelmente corrói a governança e a capacidade institucional permanece fraca – com a possível adição de maior instabilidade externa	Tendência Futura: níveis razoáveis de “captura” de investimento interno/estatal para questões da cidade, concentra-se no fortalecimento da base fiscal (incluindo fortes colaborações cidade-região), mas fornece estabilidade e permite a construção de capacidades institucionais e de governança mais amplas.									
Horizontes Temporais	Horizonte de 2 a 5 anos para investimento inicial focado em prioridades imediatas	Horizonte de 5 a 15 anos: novo plano de crescimento sendo incorporado ao instrumento de planeamento tradicional de um novo Plano Estrutural. Novas parcerias com foco cidade-região	Visão de longo prazo com um horizonte de 15-40 anos, que incluirá opções pós-gás para a economia da cidade, uma população de conurbação provavelmente significativamente maior, bem como possíveis mudanças de políticas nacionais										
Escalas de Desenvolvimento Físico	O plano de curto prazo concentra-se principalmente dentro das fronteiras do município de Pemba, mas com consciência do impacto nos distritos circundantes, e preparando-se para a expansão.	O plano de médio prazo (ou seja, o novo plano de estrutura da cidade proposto) promoverá uma nova expansão coordenada em (e com a participação de) distritos vizinhos - desenvolvendo possíveis opções de tecido urbano descentralizado com novas formas sustentáveis de infraestrutura.	A visão de longo prazo provavelmente exigirá um plano de estrutura novo/revisto para uma conurbação provavelmente mais ampla.										

	<p>Foi arrolado o roteiro de investimentos do Plano de Urbanização de Infraestruturas da Cidade de Pemba tendo se destacado os seguintes projectos como necessários no curto a médio prazo com destaque para:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Melhores serviços urbanos no centro da cidade; (2) Serviços urbanos verdes em novas áreas de crescimento; (3) Expansão do abastecimento de água; (4) Estrada circular de Pemba; (5) Proteção da erosão costeira.
	<p>Foram arroladas potenciais fontes de financiamento de tais planos onde se destacaram:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) subvenções/concessionais de agências doadoras; (2) Parcerias Público-Privadas (PPPs); (3) Concessão de empréstimos. <p>Dentre os implementadores foram identificados: FFH, FIPAG tendo ficado outros por definir.</p>
	<p>Acerca do processo de aprovação e finalização do plano de estrutura da Cidade de Pemba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi iniciado o diagnóstico do plano de estrutura; - Foi feita a consulta a entidades da cidade; - Está a se prestes a iniciar as consultas comunitárias de divulgação e auscultação do diagnóstico feito; - Apenas depois de concluído este processo se iniciará a fase seguinte que consiste na elaboração do plano. <p>No que se refere às perspectivas de financiamento do plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No momento ainda não existem fundos garantidos para financiar a fase seguinte de elaboração do plano - No entanto foram submetidas propostas de pedido de financiamento a algumas entidades que ainda não tiveram nenhuma resposta formal.

TEMA 2: Planos de ordenamento de território a nível distrital e outros planos na província de Cabo Delgado - atualização do ponto de situação e progressos

a) Orador: Arq. Arlindo Dgedge – Director Provincial de Terras, Desenvolvimento Territorial e Ambiente (DPDTA), Província de Cabo Delgado

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<p><i>Desafios do Ordenamento Territorial em Cabo Delgado</i></p>	<p>Foi abordada a problemática da densidade populacional assim como a pressão de aumento da população em zonas urbanas devido aos ataques terroristas ou busca de melhores condições de vida.</p> <p>Foi referido que 1980 a população era de 940 000 hab., e que, no entanto, está a crescer a um ritmo bastante acelerado sendo que projeções apresentadas mostram que no ano 2050 a população será de 5 416 367 hab. significando um crescimento na ordem de 2,3 vezes em relação à população de 2017.</p>

Tabela 1 - Comparação da população por área na Província de Cabo Delgado

Ano	População	Habitante/km2	Hectares cultivável/Habitante	hectares/Habitante
1980	940 000	11,4	8,78	8,2
1997	1 380 202	16	5,98	5,64
2007	1 634 162	19,77	5,05	4,76
2017	2 316 842	28,08	3,56	3,35
2030	2 761 986	33,42	2,99	2,81
2040	2 569 604	31,09	3,21	3,02
2050	5 416 367	65,55	1,53	1,43

Foi referido que existe um esforço que está sendo feito para assegurar o enquadramento dos vários planos de ordenamento territorial a nível da província (planos autárquicos, planos distritais e plano provincial) no Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNDT) sendo que todos os restantes planos devem estar alinhados com este.

Pode-se constatar que Cabo Delgado tem 121 planos de ordenamento territorial dos quais se destacam:

- (1) Plano de Desenvolvimento Espacial;
- (2) Plano Distrital do Uso da Terra;
- (3) Plano Geral de Urbanização de Afungi

Abaixo o ponto de situação dos planos:

IOT	Total	Aprov.	Ract.	Publ.
PPDT	0	0	0	0
PDUT	16	16	0	0
PEU	6	2	0	0
PPU	0	0	0	0
PGU	10	1	1	1
PP	89	34	2	2
TOTAL	121	0	3	3

Fonte: DPDTA, 2021

Foi partilhada a relevância destes planos e a sua importância para preservar o potencial hídrico e de biodiversidade da província

Foi partilhada a previsão de um fluxo de 250 mil pessoas para Palma e a relevância destes para o desenvolvimento do potencial económico, social e ambiental da região

Foi realçada a importância destes planos para aferir o potencial económico para o desenvolvimento da agricultura, turismo, floresta, dentre outros.

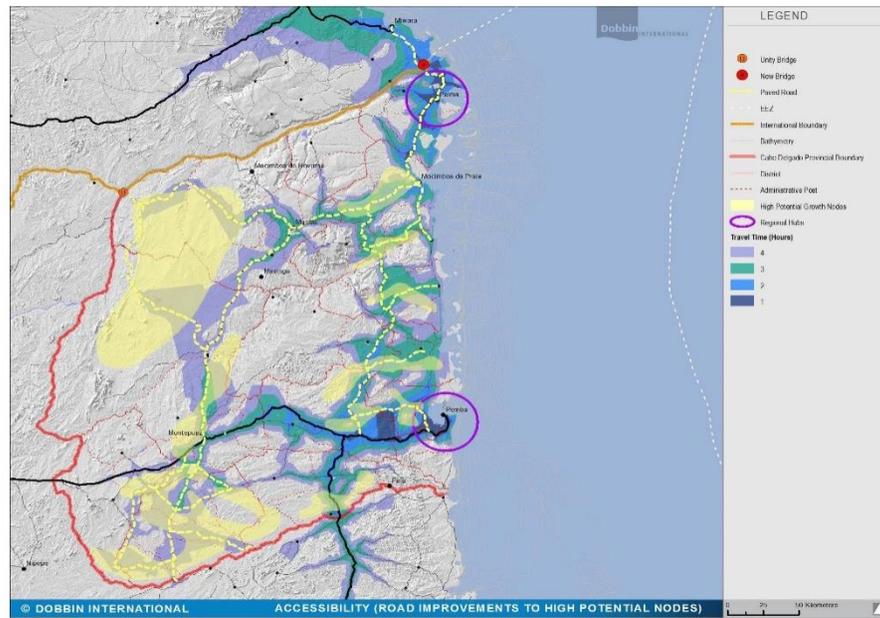
Foi destacada a importância de se ter um livro branco tendo em vista mapear o potencial ambiental da província.

Desafios:

- Prevê-se o crescimento da população em pelo menos 2 vezes até 2050 o que pode limitar a disponibilidade de terra para uso e aproveitamento pela população local

- Actualmente a maior parte da população não se encontra nas zonas com maior potencial de agroecológico e de produção,
- O padrão de distribuição da população da Província é irregular, sendo a densidade populacional grandemente afetada pela rede de infraestrutura de estradas.
- Falta de estradas a nível nacional que permitam assegurar o desenvolvimento da população com destaque para o troço Montepuez-Mueda.

Foi partilhado (ver abaixo) o tracejado de estradas que foram identificadas essenciais para desbloquear o potencial económico da província



A proposta do plano Plano Geral de Urbanização de Afungi prevê a seguinte distribuição de espaço:

Dimensão (em Ha)	Finalidade
4,350	Desenvolvimento industrial (relacionados com gás)
545	Centro de negócios
2,085	Habitação
232	Comércio
480	Turismo
7,398	Espaços verdes
1,228	Infraestruturas (vias de acesso, condutas de gás).

b) Comentador: Edson Pereira – Coordenador Nacional de Projectos (UNHABITAT)

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<i>Actualizações e Comentários</i>	<p>A UNHABITAT está a preparar o programa para a região Norte, estando presencialmente na fase de consultas e discussão com entidades governamentais</p> <ul style="list-style-type: none"> - É um programa que tem uma abordagem territorial; - O primeiro passo que foi feito em coordenação com a DPDTA foi uma análise territorial de toda região norte (Cabo Delgado, Nampula e Niassa); - Procedemos a uma análise territorial de desenvolvimento espacial; - Está-se na fase de consolidação das recomendações e alinhamento com as políticas nacionais incluindo PNDT (Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial), PRCD e PREDIN; - Com recurso à matriz de funções estamos prestes a iniciar a elaboração de um quadro de desenvolvimento territorial para as províncias. <p>O Plano Provincial de Desenvolvimento Territorial é o primeiro plano que pode orientar o desenvolvimento territorial da província.</p> <p>Acerca do Plano de Estrutura da Cidade de Pemba: UNHABITAT pretende iniciar um estudo de capacidade da Cidade de Pemba face ao número de população que recebeu como resultado dos deslocamentos e gerou pressão sobre as infraestruturas da Cidade. Será dado enfoque ao Bairro de Mahati;</p> <p>A falta de planificação territorial poderá conduzir à:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dispersão da população; - Aumento do custo de desenvolvimento de infraestruturas - Agravamento das dificuldades de mobilidade na Cidade de Pemba <p>O Plano de Estrutura da Cidade de Pemba irá permitir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar um crescimento econômico e social induzido - Firmar a cidade como um ponto logístico de referência para o Norte da província bem e para o corredor de Desenvolvimento Agro-Industrial Pemba-Lichinga - É necessário assegurar uma gestão mais interligada dos distritos de Pemba, Metuge e Mecufi tendo em vista o estabelecimento de uma região estabelecimento de uma região metropolitana integrada.

c) Comentador: Edson Pedro da Cruz Ruby – Chefe do Departamento de Ordenamento (DPDTA), Provincia de Cabo Delgado

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<i>Actualizações e Comentários</i>	<p>O financiamento dos planos de desenvolvimento territorial dos distritos deve ser canalizados ao governo do distrito</p> <p>Foram instruídos os governos distritais para fazerem a inscrição dos instrumentos de ordenamento da sua competência</p>

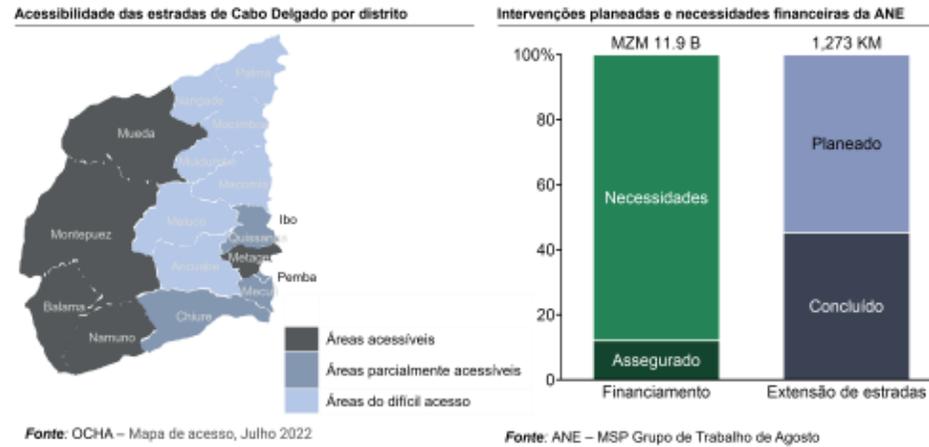
	<p>A Direção Provincial apenas tem o mandato de dar o suporte e orientação necessária aos governos distritais e autarquias de modo a permitir uma maior apropriação por parte destes.</p> <p>Esta descentralização permitirá assegurar um maior alinhamento entre o plano de desenvolvimento territorial e o plano de desenvolvimento dos distritos em função das suas potencialidades.</p>
--	---

TEMA 3: Progressos nos esforços de reconstrução de estradas

- a) **Orador:** Cláudio Bento Joao – Chefe do Departamento de Planificação (ANE – Cabo Delgado)

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<p><i>Plano para recuperação das infraestruturas rodoviárias na província de Cabo Delgado</i></p>	<p>Em jeito de contextualização deu-se a conhecer que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O sector de Estradas viu-se obrigado a interromper com os ciclos de Manutenção das Estradas devido à situação de insurgência; - A sua condição, que associada a passagem de 3 épocas de chuvas, deixou parte da rede de estrada em situação precária. <ul style="list-style-type: none"> • Como intervenção necessária para dar resposta as necessidades de vias rodoviárias da província foi referido: Construção, manutenção e reabilitação de 1.273,4 km de estradas, cuja necessidade é de 11.889.167.785,16 Mt. • Financiamento disponível para execução das obras: 1.441.207.500,42 Mt (equivalente a 12,12% das necessidades tem financiamento) <p>Foi partilhado o cronograma do plano de recuperação de estradas que prevê intervenções em Palma, Nangade, Mocímboa da Praia, Mueda, Meluco, Quissanga, Montepuez e Namuno</p> <p>Foram partilhados os orçamentos e o ponto de situação de execução das obras em infraestruturas rodoviárias com fundos assegurados e realização prevista para os exercícios económicos de 2021 e 2022. Foram também partilhados projetos sem fundos assegurados e cuja término está previsto para o período compreendido entre Dezembro de 2022 e Agosto de 2024</p> <p>Foi destacada a obra de reabertura da estrada N/C V Congresso – Cogolo, no Distrito de Macomia com a extensão de 40 km e orçamento de MZN 60 milhões</p> <p>Por último foram partilhados os orçamentos e o ponto de situação de execução das obras em infraestruturas rodoviárias com fundos</p>

assegurados e realização prevista para os exercícios económicos de 2021 e 2022.
Foram também partilhados projetos sem fundos assegurados e cuja término está previsto para o período compreendido entre Dezembro de 2022 e Agosto de 2024



TEMA 4: PRCD: Progressos na implementação e necessidades críticas não satisfeitas de retorno do setor público, populações e MPMEs para restabelecer a segurança nos distritos

- a) **Orador:** Zefanias Gonçalves Tauale – Eng. De Construção Civil (Serviço Provincial de Infraestruturas)

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<p><i>Informação relativa as infraestruturas reabilitadas e por reabilitar na província de cabo delgado no âmbito do PRCD</i></p>	<p>Foram mencionadas as os progressos na Recuperação de Infraestruturas Económicas e Sociais com destaque para:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) reestabelecimento da rede elétrica e o início dos trabalhos de reposição de infraestruturas escolares; (2) Reposição dos serviços de saúde por via da instalação de módulos pré-fabricados; (3) Reestabelecimento de acesso a água potável em todos distritos afetados <p>Foram mencionados os parceiros com que o SPI tem estado a trabalhar tendo em vista assegurar a materialização do PRCD com destaque para UNOPS; PNUD e TotalEnergies.</p> <p>Foi destacada a relevância do trabalho que está a ser realizado com a UNOPS que tem enfoque na intervenção nas áreas norte (NCRP-Norte) e sul (NCRP-Sul) da província.</p> <p>A nível do NCRP-Sul foram alistadas as zonas, maioritariamente aldeias e comunidades, e componentes de intervenção com enfoque em serviços de Educação e Infraestruturas comunitárias.</p> <p>A nível do NCRP-Norte foram alistadas as zonas, maioritariamente distritos, e componentes de intervenção com enfoque em Infraestruturas de Administração Pública.</p>

Desafios:

- No processo de acreditação dos parceiros, tem faltado a atribuição das atividades concretas que cada parceiro deve intervir;
- Devido a falta de coordenação os governos locais ficam confundidos sobre quem vai fazer o que pois cada parceiro ou agência que naqueles distritos acabam fazendo levantamento das mesmas infraestruturas;
- Há risco de sobreposição de investimentos e frustração no cumprimento dos planos dos parceiros.

Recomendações Propostas:

- Realização de Rastreio para aferir, até ao momento, o que cada parceiro se propôs a fazer e o que está a fazer;
- Atribuições de atividades para os próximos parceiros que pretenderem participar na reconstrução da província com base no rastreio prévio;
- As agências de desenvolvimento e todos os parceiros devem realização de encontros de debate sobre as responsabilidades e atribuições das agências de Desenvolvimento e demais parceiros de modo a evitara clonagem de atividades

TEMA 5: Necessidades de infraestruturas e soluções para o regresso do setor privado aos distritos seguros. Expansão do papel do setor privado nos trabalhos de reconstrução

Orador 1: Sra Dinizia Salimo – Directora (Kingman Construtora)

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<i>Actualizações, Constrangimentos e Soluções</i>	<p>Actualizações acerca das actividades da empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A empresa está envolvida em alguns projetos de construção civil em zonas que sofreram ataques terroristas -Há um esforço visível do governo para reestabelecer segurança efetiva <p>Soluções propostas para maior envolvimento do sector privado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de oportunidades de geração de renda para as famílias e pessoas deslocadas; -Capacitação de jovens/mão-de-obra local; - Apoio de empresas de jovens locais na formalização de seus negócios para que possam aceder a oportunidades de contratação dos seus serviços

Orador 2: Sr. Pedro Pinto – Director-Geral (African Century)

Tópico	Opinião dos Intervenientes
<i>Actualizações, Constrangimentos e Soluções</i>	<p>Actualizações acerca das actividades da empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi dada a actualização das actividades da empresa com destaque para a - Retoma das actividades da sua unidade hoteleira localizada em Palma em Março deste ano; - Construção de um heliporto

Oportunidades identificadas para operadores da Indústria Hoteleira:

- É possível assegurar a empregabilidade da população local capacitando-a na realização de atividades de suporte como carpintaria, jardinagem;
- É uma pena estar a se importar matéria prima quando existe a nível nacional matéria-prima de qualidade para produção de mobiliário;
- Muito do material de decoração que temos nos nossos hotéis foi feito por artesãos locais

Aspectos levantados como condicionantes para o desenvolvimento económico da província:

- Segurança;
- Acesso ao norte da província (Palma) deve ser economicamente viável de modo a estimular a circulação de pessoas e de bens e mercadorias

Desafios apresentados na perspectiva do Sector Privado



CONSTRAINTS TO THE DEVELOPMENT OF PALMA

- ▶ **Security**
- ▶ Easy access to Palma - access to MdP and Palma, ... should be subsidized
- ▶ Fuel
- ▶ Public services
- ▶ Basic infrastructures
- ▶ Build the right pool of talent - paid professional training for locals
- ▶ Fiscal incentives for those companies that have suffered with attack
- ▶ Soft loans for those companies that have suffered with the attack, to help them to rebuild their destructed infrastructures
- ▶ Develop a tax system that will attract, sustain and promote investment
- ▶ Communicate more in an efficient way and with the right message

Soluções propostas para o regresso do sector privado às zonas afetadas:

- Devia-se arranjar uma forma de subsidiar o transporte de pessoas e de bens para as zonas mais longínquas do Norte;
- Há necessidade de ter bombas de combustível que disponham de stock a operar;
- É necessário acelerar a disponibilidade de serviços públicos;
- Atribuição de incentivos fiscais as empresas que tiveram as suas infraestruturas destruídas pelos ataques terroristas;
- Impulsionar a capacitação de mão-de-obra local, sobretudo na formação técnico-profissional;
- Assegurar que empresários tenham acesso a financiamento a um preço competitivo para poderem investir nos esforços de reconstrução;
- Criação de um website onde seja possível visualizar todas as iniciativas desenvolvidas no Norte do país

GRUPOS DE DISCUSSÃO

Como resultado dos pronunciamentos dos representantes dos grupos de trabalho pode-se recolher as seguintes contribuições:

Grupo 1: Coordenação entre actores

- Necessidade de maior clareza quando se trata das competências e atribuições das diferentes organizações governamentais iram permitir uma melhor coordenação dos esforços;
- Acerca do sistema MIS foi apontada a necessidade de transparência acerca de quem tem acesso aos diferentes níveis de informação recolhidos por este sistema;
- Foi também apontada a necessidade de maior sustentabilidade do sistema e a sua apropriação pelas autoridades governamentais;
- Há necessidade de maior inclusão das organizações locais nos esforços de reconstrução

Grupo 2: Retorno do Sector Privado

- É necessário assegurar a melhoria das vias de acesso;
- É necessário que haja maior flexibilidade no desembolso dos financiamentos sendo que há financiamentos que levam muito tempo para ser desembolsados;
- É necessário aumentar os esforços de capacitação da mão-de-obra locais de modo a melhorar a sua capacidade de satisfazer as necessidades do sector privado;
- É importante reforçar a capacidade das MPMes locais terem acesso à oportunidade de competir em concursos públicos e de cumprir com requisitos rígidos de procurement
- É necessário assegurar a inclusão do sector privado nas discussões de reconstrução a todos os níveis

Grupo 3: Planeamento Regional

- Muito mais do que fazer novos planos é necessário assegurar a sua implementação
- Não há conectividade entre os diferentes planos desde distritais a Municipais;
- Falta uma visão conjunta de desenvolvimento da região que norteie os planos de ordenamento territorial;
- A academia e as ordens de profissionais (ex. Arquitectos, engenheiros) tem que exercer um papel mais ativo nesse processo de planificação;
- O Plano Provincial de Desenvolvimento Territorial da província deve estar alinhado com as necessidades e interesses dos diferentes atores, incluindo o sector privado;
- Os planos territoriais devem acautelar as necessidades da indústria extrativa;
- Poderia se adoptar o financiamento baseado da terra para incentivar a requalificação assim como o uso e aproveitamento de espaços disponíveis.

PASSOS A SEGUIR

Como resultado das discussões, o MSP trabalhará em conjunto com instituições governamentais e outros parceiros na organização de uma sessão sobre planeamento regional em Outubro de 2022, o que permitirá um mergulho mais profundo nos planos existentes e recentemente desenvolvidos e nos desafios na implementação e resposta às necessidades de uma variedade de partes interessadas, desde comunidades locais a empresas do sector privado.

Anexo 1: Lista de Organizações que participaram do evento

African Century
Alps Resilience
ANE
CEP-CD-CTA
SPI
DPTDA
DPPF
Dutch Embassy
ENH
GAPI
MSP Secretariat
Municipality of Pemba
OCHA
Petromoc
Sanlo Moçambique
SPI
Technoserve
TotalEnergies
UN-Habitat
UNDP
UNOPS
USAID
VM Services
WFP
Direção Provincial de Cultura e Turismo
Direção Provincial de Planeamento e Finanças